

O Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia (NAGU): uma práxis cultural em defesa da vida

 Kelci Anne Pereira¹,  Millena Ayla da Mata Dias²,  Railson Borges Lima³,  Valcilene Rodrigues da Silva⁴
^{1,4} Universidade Federal do Piauí - UFPI. BR 135, km 3. Planalto Horizonte. Bom Jesus – PI. Brasil. ^{2,3} Universidade de Brasília - UnB.

Autor para correspondência/Author for correspondence: kelcipereira@gmail.com

RESUMO. Partimos das experiências acumuladas no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão do Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia, ligado à Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Piauí, para refletir sobre a atuação do Núcleo, sobretudo em seu aspecto cultural. Nesse exercício, buscamos compreender o papel da arte na construção de uma educação agroecológica cultural. Metodologicamente, a pesquisa tem características da pesquisa-ação e considerou para análise, qualitativa, ações realizadas pelo NAGU em duas linguagens: a do teatro e a do audiovisual. Situada em uma área de conflitos entre o campesinato e o agronegócio, a pesquisa evidencia a agroecologia como elemento de resistência e de educação popular e a arte como elemento constitutivo e fundamental da cultura agroecológica, revelando o estético como um *front* a ser ocupado na construção por um projeto educativo popular, do campo e com seus sujeitos. Esse projeto passa pela aprendizagem da luta coletiva e da elaboração de uma cultura política compartilhada entre universidade e comunidades.

Palavras-chave: campesinato, educação do campo, socioagrobiodiversidade, estética.

Agroecology and Arts Center of Gurgueia Valley (NAGU): praxis in defense of life

ABSTRACT. The current study takes experiences accumulated in the research, teaching and extension fields at Vale do Gurguéia Center for Agroecology and Arts - which is linked to the Undergraduate Course in Rural Education of Federal University of Piauí - as basis to reflect about the performance of the aforementioned Center, mainly in its cultural aspect. Its aim is to understand the role played by art in building a cultural agroecological education. In methodological terms, the present study has action-research features and takes into consideration actions carried out by NAGU in two different languages – i.e., the theater and audiovisual language -, for qualitative analysis purposes. The current research, which is inserted in a field of conflict between peasantry and agribusiness, highlights agroecology as element of resistance and popular education, whereas art is considered a constitutive and fundamental element of agroecological culture. Thus, aesthetics is herein depicted as front to be occupied in the construction for a popular educational project focused on the countryside and on its subjects. This project involves learning about collective struggles and the process to elaborate a political culture shared between universities and communities.

Keywords: peasantry, rural education, socioagrobiodiversity, aesthetics.

El Núcleo de Agroecología y Artes de Vale do Gurguéia (NAGU): una praxis cultural en defensa de la vida)

RESUMEN. Partimos de las experiencias acumuladas en el campo de la investigación, docencia y extensión del Núcleo de Agroecología e Artes do Vale do Gurguéia, vinculado a la Licenciatura en Educación Rural de la Universidad Federal de Piauí, para reflexionar sobre el desempeño del Núcleo, especialmente en su aspecto cultural. En este ejercicio buscamos comprender el papel del arte en la construcción de una educación cultural agroecológica. Metodológicamente, la investigación tiene características de investigación acción y consideró para el análisis cualitativo, acciones realizadas por NAGU en dos lenguajes: teatro y audiovisual. Ubicada en una zona de conflicto entre el campesinado y la agroindustria, la investigación destaca la agroecología como elemento de resistencia y la educación popular y el arte como elemento constitutivo y fundamental de la cultura agroecológica, revelando la estética como un frente a ocupar en la construcción de un proyecto del campo educativo popular y con sus sujetos. Este proyecto implica el aprendizaje de la lucha colectiva y la elaboración de una cultura política compartida entre universidades y comunidades.

Palabras clave: campesinado, educación rural, socioagro biodiversidad, estética.

Introdução: nosso lugar de fala

Criamos o Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia (NAGU), no *campus* Professora Cinobelina Elvas (CPCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), no município de Bom Jesus/PI, em 2016, contrapondo-nos a dois elementos: tanto ao fenômeno que reduziu a agricultura e a arte ao *status* de mercadorias quanto à concepção de conhecimento que ratifica tal redução e reduz o saber-poder aos cânones da técnica, alienando-a do compromisso com os direitos do trabalho e da natureza.

Ao mesmo tempo, desde a sua criação, o NAGU se constituiu a partir da definição de objetivo afirmativo, que é semear a agroecologia pelo sul do PI, com base em uma caminhada construída com os sujeitos do campo e suas organizações. Desde esse ponto de partida, no decorrer da construção coletiva do núcleo, expandimos nossa identidade e compromisso, ao reconhecer a cultura, particularmente a arte, como uma dimensão fundamental do materialismo histórico e dialético agroecológico.

Ao atentarmos para essa compreensão cultural da agroecologia, passamos a conhecê-la como uma ciência (a qual toma o agroecossistema e suas relações como unidade de análise), um movimento (práxis organizativa, assentada na luta por reforma agrária e por um projeto popular de campo e sociedade) e uma prática (modo de vida). Passamos também a nos posicionar como sujeitos dessa complexa trama social, dedicando nossa tarefa de ensino, de pesquisa e de extensão ao fortalecimento agroecológico de nosso lugar de origem e de responsabilidade: o ecótono Cerrado/Caatinga do sul do Piauí. Tal espaço foi transformado em fronteira agrícola do agronegócio, nas últimas décadas, num processo marcado por intensos conflitos, violências e violações dos povos e comunidades rurais.

Imersos nesse contexto, procuramos, desde o NAGU, constituir uma práxis que sirva para interpretar e responder às necessidades desses povos, ao fortalecer suas potencialidades coevolutivas com o ecótono e a sua capacidade expressivo-reivindicativa do direito à vida no/com o Cerrado.

Apoiados nesse horizonte e em diálogo com a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da UFPI, percebemos a necessidade de colocar o NAGU a serviço de uma educação do campo agroecológica e lançamos, nessa perspectiva, a incorporação do teatro e do vídeo popular camponês em nosso trabalho. Tais linguagens passaram a compor nossas formas de analisar a realidade, ao desnudar suas contradições, e de reimaginá-la como uma utopia

militante, combinando os elementos estéticos, políticos e científicos, no ensino, na pesquisa e na extensão.

O Projeto “Cenas Camponesas” viabilizou essa educação do campo agroecológica, ao permitir que o NAGU se tornasse um agente multiplicador da arte e da agroecologia, com as comunidades camponesas. A criação de processos formativos cênicos funcionou, em seu processo de produção narrativa e de comunicação (recepção e debate), como um dispositivo de retomada do direito à voz pelos sujeitos do campo e como práticas geradoras de uma educomunicação artístico-agroecológica em rede.

Além do Cenas, o projeto “Semeando Agroecologia: resgate de saberes, sementes e sabores” também foi essencial na construção dessa identidade cultural do NAGU. O projeto emergiu do reconhecimento da interdependência sociedade-natureza, reinstaurando o lugar basal da agricultura na reprodução da vida, e retornou ao gosto como elemento formador do pertencimento. Da roça, onde se cultiva a semente, ao prato onde ela nos alimenta com seus frutos, a cadeia da cultura gastronômica se fez notar, desde os saberes do trabalho até o paladar e suas sinestésias e gatilhos: o gosto tem cheiro, o prato traz formas, os sabores remetem às memórias.

O projeto ainda alinhou os nós da rede de sementes e sabores com a crítica às megacorporações do império agroalimentar, com o olhar para as sementes como patrimônio fundamental da autonomia camponesa contra a perspectiva mercantil. A conservação das sementes crioulas é um processo enraizado na vida dos(as) camponeses(as), portanto, um processo de conservação da cultura. A articulação nas comunidades rurais para a conservação das sementes crioulas resulta em um processo de troca e construção de conhecimento, fortalece diversas relações de reciprocidade, de relação com o sagrado, de partilha de alimentos e de celebração.

Diante do exposto, este artigo buscou refletir sobre a atuação do NAGU, sobretudo em seu aspecto cultural, para, com esse exercício, compreender o papel da arte na construção de uma educação agroecológica cultural e obter lições que nos ajudem a seguir adiante, inserindo a arte e a agroecologia como ingredientes da construção de uma universidade plural e democrática. Orientamo-nos pelo interesse em participar da cultura política de nosso tempo, desde esse instrumento público fundamental que é a universidade, disputando-a como elemento constitutivo da democracia e do direito à vida de todos os povos, do campo e da cidade.

Metodologicamente, a pesquisa possui características da pesquisa-ação (Tripp, 2005), tendo em vista que os processos refletidos foram e são frutos das ações realizadas no NAGU e nas comunidades rurais, envolvendo professores(as), camponeses(as), estudantes e, eventualmente, outros sujeitos do território do Vale do Gurguéia.

Para isso, foram consideradas as ações implementadas em duas linguagens, em perspectiva política e popular: o teatro e o audiovisual. Essas ações aconteceram em duas frentes de trabalho, no caso, a da produção e circulação de peças e vídeos por elencos e equipes do próprio coletivo; e a realização de oficinas e mostras junto às comunidades, na perspectiva de multiplicação da práxis artística e política, visando a que outros coletivos artísticos locais se formassem.

A análise dos dados se deu de forma qualitativa, tendo em vista as práticas efetivadas e os relatórios de sistematização dessas práticas, valendo-se de categorias significativas do materialismo histórico-dialético: historicidade, organicidade, totalidade e contradições.

Num exercício de recuperação da memória, utilizamos este artigo também para construir/reafirmar a identidade do NAGU como um lugar de contraponto à lógica negacionista que tem deposto a ciência de seu potencial transformador, em favor dos direitos ligados à vida.

Para começo de conversa: o (in)verso da agroecologia

Sem mata, morre a cultura
De cura e de mantimento
Vindo a geração futura
Se perde o conhecimento
A terra fica doente
A população carente
Dos seus alimentos nobres
O capital tem seus picos
Os ricos ficam mais ricos
Os pobres muito mais pobres
(Marquinhos da Serrinha –
Poeta camponês do Pajeú/PE)

O verso camponês apresenta e denuncia o (in)verso da agroecologia, esse sistema colonial-capitalistaⁱ que desterrou a natureza e a cultura. Trata-se de uma lógica que, segundo Enrique Leff (2008), possui formas limitadas de significação do natural submetido à racionalidade econômica, as quais levaram a desnaturalizar a natureza de sua organização

ecossistêmica, a fim de convertê-la em recurso natural, em matéria-prima para a apropriação produtiva (e destrutiva) da natureza.

No sul do Piauí, esse padrão de poder tem sido exercido pelo agronegócio, com a inserção dos pacotes tecnológicos e de novas formas de produzir, consumir e pensar o trabalho agrícola (Souza & Freitas, 2021), práticas de grilagem de terras públicas (Alves, 2000) e financeirização e estrangeirização da terra (Vicente; Barros & Dulci, 2021).

A lógica colonial-capitalista do agronegócio entra em confronto direto com a racionalidade dos povos do Cerrado, visto que não leva em conta o conhecimento patrimonial, coletivo e comunitário característico das populações locais e seus sistemas de uso da terra, os quais, historicamente, combinavam diferentes modos de agricultura com a pecuária e com o extrativismo, assim como “... ignora outros saberes, outras epistemes, outras culturas, outros povos, outros grupos/classes sociais. (Porto-Gonçalves *et al.*, 2016, pp. 78-79).

Conforme Arroyo (2017), o padrão dominante não apenas ignora: ele usa pedagogias desumanizantes (brutais), para destruir a cultura, a memória, os valores e as identidades coletivas e, conseqüentemente, convencer os sujeitos de que são inferiores em relação ao padrão dominante, o qual leva em conta o masculino, o branco e o proprietário. Tal convencimento vem junto com a imposição de um modo único de realização do viver: o modo baseado na competição, na meritocracia, no individualismo e no desejo de consumo. Esse processo procura não somente hegemonizar os aspectos produtivos, mas também cooptar mentes e corações, o que Shiva (2003) vai chamar de monoculturas da mente.

A despeito dessa tentativa, e em tensão dialética com ela, devemos observar as resistências populares, conforme aponta Porto-Gonçalves, ao sublinhar:

Os povos que vivem pelos cerrados desenvolvem sistemas de uso da terra que combinam a agricultura, geralmente nos fundos dos vales, nos brejos, nos brejões, nos pântanos, nos varjões; nas encostas e nas chapadas, áreas onde a água é mais difícil de ser captada sem tecnologias de captação em profundidade, deixam o gado à solta, fazem a coleta do pequi, da fava d'anta, do baru e outros frutos e resinas, recolhem madeira e lenha, geralmente fazendo uso compartilhado, sobretudo dessas terras das chapadas (Porto-Gonçalves, 2004, pp. 17-18).

De acordo com o autor, embora o Cerrado seja repleto de riqueza biológica e cultural, as visões coloniais-capitalistas das elites econômicas e políticas o conceberam como um espaço vazio (economicamente e culturalmente), até meados do século XX. Desde então, as ações governamentais materializaram um processo de ocupação e produção do espaço alicerçado no agronegócio e voltado para os investidores do capital agrário, que, autorizados pelo Estado,

passaram a expulsar as populações locais dos espaços ecológico-culturais nos quais desenvolveram seus conhecimentos (Porto-Gonçalves, 2019).

Essa concepção colonizadora, que se assenta na noção ideológica do Cerrado como um “espaço vazio”, justificou a invasão dos territórios “cerratenses” pelo capital, ao promover a grilagem, a monocultura exportadora e, mais recentemente, a financeirização e a estrangeirização da terra. Nesse mesmo processo, construído com apoio do Estado e ação diligente de transnacionais, registra-se ainda a entrada dos pacotes tecnológicos, dos impérios agroalimentares e do aparato da indústria cultural como braço fundamental da estrutura de poder do agronegócio, na região, o que resulta em um processo intenso de violência e violação dos povos e da natureza.

Tal violência se estrutura como um processo de ecocídio e genocídio dos povos e comunidades tradicionais do Cerrado e da natureza, conforme denunciado pela Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, no Tribunal Permanente dos Povos. A denúncia se embasa no pressuposto de que a existência dessas populações do campo depende diretamente da existência do bioma, o qual tem sido destruído pelo agronegócio, não apenas ambientalmente – pelo uso de agrotóxicos, desmatamento e outras técnicas desecologizadas – como também pela ameaça direta à vida das populações.ⁱⁱ

Na contramão desse processo, que é um projeto de morte, temos o verso da agroecologia, um paradigma em favor do direito à vida, o qual faz a crítica à lógica colonial-capitalista, fortalece os processos de resistência e r-existência no campo e, principalmente, luta por mudanças econômicas e estruturais na sociedade.

Para isso, a agroecologia se apoia nos seguintes princípios:

... 1 – Considerar a terra como um sistema integrado e complexo, isto é, um agroecossistema; 2 – Diversificação biológica e cultural; 3 – Garantir condições de solo favoráveis ao desenvolvimento do agroecossistema; 4 – Otimizar e equilibrar a disponibilidade e o fluxo de nutrientes; 5 – Minimizar as perdas devido aos fluxos de radiação solar, ar, água, e pelas pragas e doenças; 6 – Promover complementaridades e sinergias; 7 – Princípio da participação; 8 – Princípio da equidade; 9 – Princípio da Ética; 10 – Articulação entre conhecimentos de diferentes ciências e integração do saber popular; e 11 – Princípio da estética (Silva, 2021, p. 372).

Ao observar os princípios agroecológicos apresentadosⁱⁱⁱ, notamos que a agroecologia emprega os princípios ecológicos, mas não se resume à ecologização da agricultura, uma vez que considera o processo de coevolução entre camponeses(as) e agroecossistemas, entre cultura e natureza.

Conforme menciona Enrique Leff (2008), a agroecologia devolve à natureza a sua natureza ecossistêmica e recoloca a terra em suas bases territoriais (políticas e culturais), assim como recupera o sentido do valor de uso (ecológico) da terra e seus bens.

O autor ressalta:

A agroecologia rememora os tempos em que o solo era suporte da vida e dos sentidos da existência, onde a terra era torrão e o cultivo era cultura; onde cada parcela tinha a singularidade que não só lhe outorgava uma localização geográfica e suas condições geofísicas e ecológicas, senão onde se assentavam identidades, onde os saberes se convertiam em habilidades e práticas para lavrar a terra e colher seus frutos. Os saberes se confundiam com os sabores (Leff, 2002, p. 37).

Diante do exposto, percebemos que a agroecologia tem a função de, por um lado, rememorar e anunciar a práxis camponesa em favor do direito à vida, e, por outro lado, fortalecer os processos de resistência que se dão no confronto entre as lutas dos(as) camponeses(as) e as contradições do próprio capital (agronegócio). Trata-se de movimento histórico de emancipação humana, qual, a partir do mote da produção alimentar na coevolução com a natureza, perpassa a organização social do campo e um modo de vida total, que inclui processos de educação e expansão das suas sensibilidades e sentidos, na perspectiva da politização da arte camponesa, mas sem ignorar e reconhecer como fundamentais, na construção da identidade desses sujeitos, os processos de fruição cultural e cosmogônica.

É nesse contexto que o NAGU se soma à luta camponesa, para ser resistência dentro e fora da universidade, denunciar os processos coloniais-capitalistas que invadem, apagam e destroem as riquezas biológicas e culturais do Vale do Gurguéia e anunciar a agroecologia como caminho para sociedades mais sustentáveis e equitativas.

O NAGU: com a cena, os guardiões do conhecimento, da cultura e da socioagrobiodiversidade

Segue o seu caminho isato
até a própria furmiga
trazendo foia dos mato
dentro da terra se abriga
sem nada contraria,
cumprindo as lei naturá
ao divino mestre atende.
Sabe até fazê iscola
pois ela só corta a foia
das foia que não lhe ofende.
Se o João-de-barro, o Pedreiro

Sabendo que não se atrasa
faz de dezembro a janeiro
a sua bunita casa
com a porta pró nascente
é orde de Sumo bem.
Nunca aquele passarinho
faz a porta do seu ninho
do lado que a chuva vem.
(Patativa do Assaré)

O *Campus* Professora Cinobelina Elvas (CPCE), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), foi pensado como um laboratório para servir ao que se chamou de desenvolvimento do sul do Piauí. Nesse caso, reconheceu-se como desenvolvimento especialmente a expansão do agronegócio na região, levando o *campus* a estruturar-se nos pilares da ciência moderna e na lógica desenvolvimentista.

De acordo com Lacey (2008), as concepções de progresso e de desenvolvimento usadas pela ciência moderna são ferramentas para a construção de práticas exploratórias capitalistas, tanto de bens naturais como de formas de trabalho.

Caldart e Frigotto (2021) nos ajudam a refletir nessas formas dominantes de saber e de poder, quando abordam a educação politécnica e a agroecologia. Para os autores, a educação capitalista tem o propósito de tecnificar o saber e volta-se à qualificação dos sujeitos, visando a torná-los trabalhadores exploráveis, produtores de mais valia para o capital. Como contraponto, a educação politécnica se vincula a uma formação crítica e integral do ser, na perspectiva do trabalho criador e criativo com a natureza, e, nesse aspecto, a agroecologia é um paradigma fundamental para a educação dos(das) trabalhadores(as) do campo.

Ao desenvolverem este debate, criticando a maneira capitalista e combinada de estruturar a divisão social do trabalho e dos saberes, os autores reconhecem a importância dos mestres do saber na/com a terra, aqueles que estão na prática do dia a dia do campo, evidenciando outras possibilidades de lidar com os bens naturais, em uma relação mais estreita com a natureza. Invocando o papel da ciência na potencialização desses sistemas tradicionais de saber, Caldart e Frigotto (2021) apontam a agroecologia como elemento fundamental da educação politécnica camponesa, possibilitando formas viáveis de (re)produção de vida e de respeito à socioagrobiodiversidade, contrariando a lógica do capital.

Alinhado com tal perspectiva educativa e em contraponto com o desenvolvimentismo científico e tecnológico, o NAGU surge na universidade, no sentido de construir caminhos e estratégias alternativas ao desenvolvimento (Silva, 2021). Nessa construção, procuramos efetivar dinâmicas educacionais coerentes com os saberes, com as necessidades e com a

materialidade cultural do modo de vida camponês, sem ignorar o conflito e a necessidade de auto-organização, enquanto elementos atuais da questão camponesa e agroecológica.

Nesse sentido, o Núcleo reforça a visão e o reconhecimento das práticas camponesas como as bases do saber-fazer de uma agricultura e de um modo de vida biófilo, o qual concebe os(as) camponeses(as) em uma posição de guardiões e guardiãs do conhecimento e da socioagrobiodiversidade, bem como sujeitos portadores do direito às suas próprias narrativas, a partir, seja das linguagens artísticas da cultura popular nativa, seja da cultura política construída em função de suas organizações e redes com outros setores sociais progressistas.

No que se refere às culturas nativas, dinâmicas por essência (assim como a vida o é), e às culturas de luta, por assim dizer, cremos que as diferentes linguagens da cultura camponesa – cordel, poesia, cantos de trabalho, histórias orais, ritos, danças – são produtos artísticos profundamente ligados a um entendimento complexo da natureza, tal como podemos perceber na epígrafe desta seção, de autoria do poeta camponês Patativa do Assaré.

Nas experiências culturais camponesas, aqui compreendidas como manifestações totais, e de modo mais claro, nos produtos artísticos, observamos uma síntese de conhecimentos sobre a socioagrobiodiversidade e os sistemas de interpretação e manejo da natureza, assim como um sistema eficiente de comunicação desses saberes (Toledo & Barrera-Bassols, 2015). Essa riqueza, a qual se volta para a própria manutenção e ampliação da vida camponesa, está no centro da compreensão sobre a estética agroecológica do NAGU, mas também da perspectiva emancipadora que a agroecologia supõe, ao reafirmar os camponeses como donos de sua própria representação, de sua própria palavra, como guardiões de uma memória biocultural, conforme apontam os autores, a seguir:

Diante da crise ecológica e social do mundo contemporâneo, torna-se fundamental identificar e reconhecer essa memória biocultural da espécie humana, uma vez que permite adquirir uma perspectiva histórica mais abrangente, revelar os limites e preconceitos epistemológicos, técnicos e econômicos da modernidade e visualizar soluções de escala civilizatória para os problemas atuais. (Toledo & Barrera-Bassols, 2015, p. 25).

Frente ao reconhecimento dos camponeses e camponesas como sujeitos dessa memória biocultural e do próprio processo agroecológico, buscamos a ampliação dos processos de tomada de decisão do NAGU junto aos(as) camponeses(as), com uma educação agroecológica cultural, vista desde os territórios. Nesse processo, verificamos que seria fundamental o preenchimento de uma lacuna existente, do ponto de vista da formação humana e artística, dos

membros do Núcleo, almejando a intersubjetividade do conhecimento para intervenção na realidade (Santos, 2018), pela aproximação direta entre estudantes e professores(as) com as comunidades camponesas, quer em aulas práticas, quer projetos de extensão ou pesquisas participantes.

No contexto do CPCE, a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) teve um papel fundamental nesse delineamento epistemológico e metodológico do NAGU, enquanto um espaço construído com as comunidades, e definido a partir das dimensão do materialismo histórico-dialético: a historicidade, a organicidade, a totalidade e as contradições que fazem emergir uma nova realidade. As dimensões da complexidade também foram adotadas como referências para ampliar a compreensão sobre as dinâmicas do campo e as lógicas camponesas.

Buscamos, em todo o caminhar do NAGU, que estudantes, docentes e camponeses(as) se percebessem enquanto sujeitos historicamente situados, do ponto de vista da consciência crítica, fundamentando a materialidade da militância na construção de um novo projeto de campo e de sociedade. Nessa dimensão histórica, constituiu-se a matriz cultural da agroecologia no NAGU, segundo apontam Lima *et al.* (2020):

Os estudantes e professores passaram a vivenciar o cotidiano de cada território para partilhar experiências, conhecer a realidade e desenvolver trabalhos que fortalecesse o modo de vida, a troca de saberes e, sobretudo, a construção de práticas agroecológicas, com a implantação de SAFs, quintais produtivos e hortas orgânicas (Lima *et al.*, 2020, p. 03).

Nessa perspectiva, as experiências de estudantes e professores(as) do NAGU são protagonizadas pela tentativa de construir uma *agroecologia cultural* como ciência, movimento e prática, de sorte a garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além de fortalecer a construção do conhecimento agroecológico nos territórios e potencializar processos de resistência e diversidade no enfrentamento ao agronegócio. Para nós, os processos educativos, culturais e científicos acontecem a partir dos territórios e da realidade.

Ao olhar o território como ponto de emergência e incidência da reflexão, observamos que “... o bem conviver em comunidade e na Natureza ... não pode ser simplesmente associado ao ‘bem-estar ocidental’, há que recuperar a cosmovisão dos povos e nacionalidades” (Acosta, 2016, p. 25). Conforme nos propõe Porto-Gonçalves (2008), a agroecologia enquanto ciência cultural, vista desde os territórios, contribui para essa construção sob a ideia de autorreflexividade da ecologia de saberes e sua relação com a

natureza, visto que considera o conhecimento como algo simbólico, transcendente e imanente, devendo haver o respeito ao saber-fazer dos povos e seus ciclos de reprodução da vida, pois estes se constituem como um princípio ético.

É nesse sentido que Percassi, Bonassa e Guilherme (2021) concebem a cultura agroecológica como uma forma possível de reconciliação entre os seres humanos e a natureza, baseada na valorização dos aprendizados e práticas, nas diferentes maneiras de se entender e se fazer a culinária, as artes, e em estruturas de modo de viver como organização substancial para a garantia da vida na terra.

Nesse contexto, o NAGU, enquanto agente formador, o qual se contrapõe aos falsos paradigmas da ciência moderna, tem buscado reconhecer os valores da cultura agroecológica que permeiam os territórios, como processos formativos e formas de resistência. Além disso, tem procurado comunicar e construir, junto com os(as) camponeses(as), as formas de reconhecimento de suas identidades e modos de vida, por meio das expressividades e manifestações estéticas, no sentido de construir processos de transfiguração e metaforização do real e reimaginação do mundo.

As representações estéticas se fundamentam na elaboração de sistemas de significados e valores, que os fazem pensar a realidade como totalidade, ao didatizar os discursos sociais em disputa, como modalidade de denúncia das atrocidades do agronegócio e de afirmação dos direitos dos(as) camponeses(as).

Nessa afirmação mediada pela estética da arte camponesa, o fazer agroecológico é constituído por uma relação metabólica com a natureza, orientado na reconstrução ecológica da agricultura, bem como das formas de ser, viver e criar dos(as) camponeses(as), despertando processos de reimaginação do mundo, na medida em que se restaura, embora no plano das representações, as práticas revolucionárias de transformações sociais, culturais, políticas e ambientais. Dessa maneira, é necessário compreender o “metabolismo universal da natureza”, em suas conexões com modos de produção diversos, para entender a necessidade de superarmos a forma capitalista de fazer agricultura (Caldart & Frigotto, 2021).

Assim, no NAGU, o acesso ao conhecimento agroecológico científico, artístico e prático, torna-se fundamental, no sentido de subsidiar uma contra-hegemonia para frear as violências perpetuadas sobre os territórios camponeses. Analisamos, a seguir, como essa crise é impulsionada e como a cultura agroecológica pode potencializar meios para enfrentá-la.

Educação em agroecologia ou o fortalecimento de uma cultura *política* agroecológica: um encontro da experimentação agroecológica e da narração da agroecologia na arte

Temos a obrigação de inventar outro mundo porque sabemos que outro mundo é possível. Mas cabe a nós construí-lo com nossas mãos entrando em cena, no palco e na vida. Atores somos todos nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma!
(Augusto Boal)

Na construção das monoculturas mentais (Shiva, 2003), a que se dirige o projeto educador do capitalismo na agricultura, destacamos o papel formativo da indústria cultural, o qual consolida padrões hegemônicos de representação da realidade e das assistências técnicas e extensões rurais.

Se, de um lado, os agrônomos e extensionistas são formados para ensinar os agricultores a manejarem a terra, a partir de métodos e técnicas desecologizadas, utilizando a ciência como selo legitimador dos pacotes tecnológicos, todo o aparato comunicativo de apoio ao agronegócio reforça essa perspectiva, com base na junção de pelo menos duas ideias-força: a de que a modernização da agricultura é a solução para a produtividade agrícola, para o crescimento econômico do país e para solucionar o problema da fome; e a de que não existem interesses antagônicos sociais, conflitos e luta de classe, no campo. Tais perspectivas, articuladas a outros elementos da construção da hegemonia, criam uma espécie de pacto invisível, um imaginário compartilhado a respeito do campo e que remete à naturalização do campo como um lugar sem gente e sem matas, portanto, sem cultura e socioagrobiodiversidade, ocupado por mercadorias.

A campanha midiática “Agro é Pop”, da Associação Brasileira de Agronegócio (ABAG), consagrada nas consignas “Agro é pop, agro é tech, agro é tudo!”, ou “Somos todos agro!”, é exemplar dessa perspectiva ideológica – imagens de camponeses(as) e de produtos por eles cultivados são apropriadas como integrantes do mesmo universo socioeconômico da monocultura mecanizada/qualificada – e sinalizam o acirramento da luta de classes, no âmbito da cultura, justamente para dissolver e enfraquecer outras leituras a respeito do campo, tais como aquelas que os movimentos sociais camponeses evidenciam. Não à toa, a campanha a que nos referimos é criada e veiculada no contexto no qual os movimentos camponeses, com seus repertórios de ação coletiva de ocupações e marchas, dos anos 2000, ganham força na cena pública (8 de março, ocupação e destruição do viveiro da Aracruz), mostrando o caráter necrófilo, dependente e colonial do agronegócio (Chã, 2019).

É claro que o processo educativo da modernização da agricultura e da expansão do capitalismo, no campo, não se reduz à referida campanha. O agronegócio é agente educador desde sua protoforma, pois, quando da introdução dos cursos de agronomia, no Brasil, estimulou a formação de um corpo profissional desde um enfoque único da Revolução Verde, até suas expressões mais contemporâneas, as quais associam campanhas publicitárias e midiáticas explícitas, a formação de professores em escolas públicas do campo (vide Agrinho) etc., passando por campanhas semióticas invisíveis, diluídas em conteúdos e formas das telenovelas, filmes, músicas e comerciais.

O aspecto temático desses produtos se completa e ganha força comunicativa e educativa, por meio de seus aspectos estéticos. Destacamos aqui o papel da indústria cultural televisionada em rede aberta, por seu largo alcance e profundo poder persuasivo, a partir da manipulação do imagético e do sonoro, alcançando os sentidos humanos e suas emoções, muito além da razão. Em função de um profundo domínio dos aspectos formais e receptivos, os conteúdos do agronegócio são veiculados – como propaganda, notícia ou recriação –, sem que, contudo, suas intenções políticas reais possam aparecer.

Ao assumir o âmbito da comunicação e da cultura como um campo de disputa na formação e educação dos sujeitos agroecológicos, o NAGU busca estabelecer projetos educativos capazes de fortalecer a leitura crítica desses objetos de comunicação e construir outras narrativas que evidenciem os conflitos, contradições e protagonismo dos povos do campo, com um outro modelo de agricultura, de base ecológica e cultural.

Mais especificamente, os projetos ligados ao universo cultural, simbólico e artístico do NAGU emergiram com a criação do Coletivo Cenas Camponesas (2017), formado inicialmente por camponeses(as) estudantes da LEdoC, ampliado para outros estudantes do Núcleo e operacionalizado como um projeto de extensão da UFPI.

O Cenas Camponesas teve e tem, como objetivo, socializar os meios de produção culturais com os povos e comunidades do campo do sul do PI, a fim de que possam, eles próprios, contar suas histórias e “descontar” as histórias falaciosas que sobre eles são propagadas.

Os princípios pedagógicos e metodológicos do projeto dialogam com o legado da educação e cultura popular, do teatro do oprimido (Boal, 1996), do teatro de agitação e propaganda (Estevam, Costa & Villas-Bôas, 2015) e da educomunicação, articulando as seguintes perspectivas: a da participação e do protagonismo camponês em todo processo de criação/formação artística; a da arte como direito humano, fundamental para a metaforização

e transformação da vida, e como forma de conhecimento crítico da realidade; e a da articulação em redes, seja com os movimentos sociais, pastorais e comunitários dos territórios atendidos, seja com outros coletivos culturais populares universitários.

Sob tal perspectiva, o coletivo e o projeto de extensão Cenas Camponesas, numa caminhada conjunta com o coletivo e Programa Terra em Cena (UnB), fortaleceram a expressão e a contribuição cultural do NAGU para a educação em agroecologia, produzindo duas peças teatrais que serviram de base para reflexões e encaminhamentos de eventos de interesse popular.

Entre essas peças, citamos a “Luta Nossa, Camponesa”, a qual abordou o fenômeno da grilagem digital (ou verde) de terras no sul do Piauí e as formas de resistência camponesa, durante o II Seminário MATOPIBA, Perspectivas Populares (2018), entre outros eventos realizados no Piauí e em Goiás. O seminário, organizado por certas entidades, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Articulação Piauiense dos Povos Impactados pelo MATOPIBA (APIM), o Movimento Camponês Popular (MCP) e o NAGU, tinha, entre seus desafios, problematizar os processos contemporâneos de expropriação camponesa e fortalecer a organização das entidades para se inserirem com maior ênfase e poder nos processos de regularização fundiária em curso no estado.

Lembramos ainda a peça “Fazendeiros e Posseiros”, relida a partir do texto homônimo dos “Filhos da Mãe Terra”, num exercício de adaptação do texto didático “Horácios e Curiácios”, de B. Brecht. Essa peça, que analisou as armas envolvidas no conflito agrário do sul do Piauí, tanto do lado do agronegócio quanto do lado do campesinato, abriu a IV Mostra Terra em Cena e na Tela (2019), problematizando determinados temas, como contaminações por agrotóxicos, aquisição de terras por fundos de pensão, desmatamento, violências e violações dos direitos camponeses versus organização camponesa, produção agroecológica, cultura camponesa, sem deixar de enunciar, em perspectiva histórica, algumas contradições, como a cooptação de camponeses, o trabalho análogo à escravidão no campo e o papel do estados totalitários, nesse processo.

Como desdobramento da Mostra, o Coletivo envolveu-se na audiência pública contra os agrotóxicos, promovida pela Rede Piauiense de Agroecologia (ARePiA), em 2019, na cidade de Uruçuí, considerada capital do agronegócio. Na ocasião, o Coletivo apresentou uma cena sobre os impactos sociais, ambientais e humanos do uso de venenos na agricultura, colocando o teatro como ferramenta de reflexão sobre o direito à vida. Estavam presentes, na audiência, representantes de grupos sociais que possuem pontos de vista antagônicos sobre o tema em

pauta: de um lado, os empresários da agricultura patronal e, de outro, as organizações camponesas e grupos apoiadores da agroecologia. Segundo as entidades populares participantes da audiência, a falta de informações seguras relacionadas ao controle, à produção, à comercialização e à destinação final dos agrotóxicos, na região de Uruçuí, tem aumentado o uso indiscriminado de venenos, como também os casos de envenenamento de trabalhadores e trabalhadoras do campo e de contaminação das fontes de água que abastecem milhares de pessoas e animais, na região.

Ao reafirmar as denúncias feitas pelas entidades, em relação aos impactos dos agrotóxicos à vida, a intervenção teatral, com toda sua força poético-política, causou um imenso desconforto aos agentes do agronegócio que se encontravam na plateia, assim como mobilizou emoções de empatia e processos de informação dos trabalhadores presentes.

O debate que se seguiu após a cena foi acirrado e, em alguns momentos, muito tenso. A indústria milionária dos agrotóxicos, articulada à indústria cultural, tenta eliminar da cena pública todas as evidências científicas e sociais sobre os malefícios dos agrotóxicos. No momento da audiência, essas evidências vieram à tona, com o impulso mobilizador e educativo da cena teatral, mostrando a complexidade da questão e a urgência de uma ação coletiva que retire do Brasil a medalha de campeão mundial no consumo de agrotóxicos. Entre os encaminhamentos do evento, destacou-se o compromisso do Ministério Público em examinar a água do rio Uruçuí Preto, a fim de conferir o grau de sua contaminação pelos agrotóxicos utilizados nas monoculturas no Cerrado próximo à cidade de Uruçuí. Ficou evidente a necessidade de estratégias de agitação e propaganda para se contrapor aos discursos que atenuam ou ocultam a lógica perversa subjacente aos discursos que tentam justificar o uso dos agrotóxicos como essenciais à produção de alimentos (em realidade, *commodities*).

Do ponto de vista das atividades de formação e multiplicação em teatro, o trabalho do Cenas Camponesas sempre envolveu a perspectiva de ampliação do repertório de agitação e propaganda dos camponeses, por meio do teatro. Com base em um trabalho de jogos e exercícios teatrais, que se iniciavam na desmecanização do corpo até a compreensão dos elementos de uma narrativa, passando pela crítica das narrativas hegemônicas, pelo reconhecimento da riqueza da cultura popular e pelo desafio de auto-organização coletiva, buscamos elaborar e produzir um teatro com e para o povo, que mobilize tanto os temas quanto as formas agroecológicas em cena, bem como a percepção da necessidade de resistência camponesa. Por temas e formas agroecológicos, nunca entendemos apenas a

produção agrícola, mas toda a cultura que emerge das sintonias dos povos com a natureza e de suas lutas contra o agronegócio, todo o saber-fazer camponês para recriar a vida na terra: movimentos, nuances, cenários, sujeitos, canções. Esses elementos eram abordados como parte da estética política das oficinas, empregadas para elaborar a contradição, na representação da realidade.

Mais recentemente, em 2020, o coletivo Cenas Camponesas criou, em parceria com a CPT, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e NAGU, a Escola de Teatro Político e Vídeo Popular do Piauí Cenas Camponesas, reconhecendo, em rede com outras escolas do Brasil e do mundo, o direito de os povos representarem o mundo e a si próprios, nutridos pelo legado histórico das lutas do povo nos *fronts* da cultura.

Por meio da Escola e da Rede Internacional de Escolas de Teatro e Vídeo Político Popular Nuestra America (Villas-Boas & Estevam, 2020), da qual ela faz parte, tal como já vínhamos estudando no Coletivo Cenas Camponesas, verificamos a necessidade tanto de reconhecimento quanto da ampliação desse legado histórico, além de sua articulação com as disputas no campo da produção, em função de uma estética que realmente amplie o poder comunicativo, mobilizador, reflexivo, de sorte a desnaturalizar nossas intenções locutórias. A arte de narrar como recuperação da experiência e experiência de luta, nesse contexto, se alia com a arte de organizar o povo. E, nesse sentido, assumimos como desafio da educação em agroecologia o processo de informar, formar e organizar o povo, a partir das mediações artísticas e da própria experimentação agroecológica, no campo.

Desde esse lugar de reprodução material da vida (o roçado, a vazante, os quintais policultivados, as celebrações, os almoços e os jantares; os saberes e os cantos de trabalho; as arquiteturas da terra; os sincretismos e as expressões da fé ligada à natureza; o cortejo funerário, suas defumações e suas incelenças) e das lutas políticas necessárias para mantê-lo (com suas estratégias, estatísticas, circuitos e alianças; os conflitos internos – familiares e comunitários; os opositores e as estratégias), brotam as inspirações de músicas, gestos, palavras para o teatro e vídeo. Mas as referências também devem brotar do legado histórico das experiências culturais populares, como os Centros Populares de Cultura da UNE (CPC), as Brigadas Culturais dos movimentos sociais (Villas Bôas, 2013) e as experiências revolucionárias da URSS ou de Cuba (Estevam, Costa & Villas Bôas, 2015).

Os grupos de estudos e os processos de pesquisa ligados ao Cenas e à Escola corroboram essa responsabilidade de construção do conhecimento agroecológico, através do teatro e do audiovisual, inclusive recuperando legados soterrados pelo autoritarismo político,

tais como o legado dos CPCs, que, pela primeira vez na história do teatro nacional, inclui os temas e os sujeitos camponeses em cena, reposicionando-os como sujeitos de cultura e arte.

No âmbito do projeto “Semeando Agroecologia”, a construção do conhecimento agroecológico também acontece na perspectiva da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os estudos e as pesquisas agroecológicas fazem parte do projeto de extensão, podendo, assim, dialogar com os conhecimentos camponeses. Ao levar em conta os sujeitos e seus saberes, esse projeto trabalha com a ideia de "experimentação", ao invés de “experimento”.

Na verdade, o experimento científico é, geralmente, fundamentado na lógica reducionista e fragmentada da ciência moderna, a qual desloca o objeto de estudo de seu contexto natural e cultural. A experimentação é um processo que considera as cosmologias, as percepções, o sentir-pensar camponês, que não é separado da natureza. Na experimentação, aprende-se com os erros, com a observação e com os acertos. Esse experienciar é colocado em diálogo com os conhecimentos científicos, na construção do conhecimento agroecológico.

Considerações finais: por uma agroecologia como cultura política – ciência, movimento e prática

Caminhante, não há caminho, o caminho faz-se ao caminhar. (Machado, 1999).

Ao refletir sobre a atuação do NAGU, especialmente, nas experiências dos projetos “Cenas Camponesas” e “Semeando Agroecologia”, a pesquisa evidencia que a agroecologia é mais que um projeto produtivo. Trata-se de uma forma de compreensão da vida, em suas relações produtivas, sociais, ambientais e culturais, a qual aponta caminhos alternativos ao desenvolvimento do agronegócio, no campo. Trata-se de um caminho que se faz no caminhar coletivo, envolvendo uma relação dialógica entre universitários e membros da comunidade camponesa, mediada pelo compromisso em partilhar o conhecimento técnico, científico, político, filosófico e artístico, em defesa dos territórios camponeses, contra a perspectiva colonial-capitalista.

A pesquisa constata que a presença camponesa no Cerrado, aqui analisado como um lugar de vida e trabalho ocupado pela diversidade dos povos do campo que coevoluiram com o bioma, se reverbera em expressões artístico-culturais riquíssimas, condensadoras de memórias e saberes bioculturais, os quais podem ser realçados pelo encontro com formas histórias de arte política, como o teatro do oprimido e o teatro de agitação e propaganda,

fortalecendo a capacidade dos camponeses de analisarem a realidade e se perceberem como construtores da história, reagindo às monoculturas da mente e cooptação de imaginários que lhes é imposta pelo sistema de poder-representação da indústria cultural ligada ao agronegócio.

Concluimos que a universidade, como espaço social permeado de contradições, é um espaço a ser disputado em favor de uma educação agroecológica cultural, e o NAGU constitui um lugar fundamental dessa disputa.

Diante do contexto de fronteira agrícola, violências e violações imposto pelo modelo do agronegócio sobre os direitos da natureza e do trabalho, o NAGU se identifica como um espaço de engajamento e organização política, na rede que constrói a agroecologia e a arte como movimento social, no sul do Piauí. Ademais, é um espaço de construção do conhecimento científico comprometido com a ecologização dos saberes, na universidade, ao aproximar as matrizes camponesas e as matrizes científicas de conhecimento e interconectar o espaço acadêmico a um projeto popular de sociedade e de campo, o que passa necessariamente pela defesa de um projeto de reforma agrária que contrarie o histórico do país e altere a estrutura (lati)fundiária e seus modos de operação e acumulação.

O trabalho revela vários elementos que colocam a agroecologia como elemento de resistência, ligado tanto à territorialização camponesa – no processo de coevolução entre sociedades e ecossistemas – quanto à construção de uma universidade mais democrática e eticamente estruturada em defesa da vida.

Igualmente, a agroecologia é apresentada como elemento constitutivo e fundamental da cultura agroecológica e do desenvolvimento humano, enfatizando o estético como um *front* a ser ocupado na construção de um projeto educativo popular, do campo e com seus sujeitos, o qual passa pela aprendizagem da luta coletiva e da elaboração de uma cultura política compartilhada entre universidade e comunidades.

Nesse sentido, o NAGU é defendido como espaço de educação politécnica em construção, que vem incorporando a dimensão da cultura e da arte na formação dos estudantes de todas as áreas do conhecimento e na explicitação do cultural como o lugar de pertencimento e produção de sentido comum, mas também de produção de conhecimento fundamental à construção agroecológica.

A lição que nossa atuação registra é que o lugar da coletivização das relações, do diálogo e da ação diligente, na interconexão entre extensão, ensino e pesquisa, é fundamental. E, nesse processo, a direção do núcleo precisa ser dada a partir da construção da palavra

verdadeira, a qual é aquela construída com os camponeses, na busca constante pela coerência entre reflexão e ação, num caminho que não está dado, mas se faz ao caminhar.

Referências

Acosta, A. (2019). *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Editora Elefante.

Alves, V. E. L. (2020). Expansão do Agronegócio e os Impactos Socioambientais na Região de Cerrados do Centro-Norte do Brasil (MATOPIBA). *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, 45.

Arroyo, M. G. (2017). *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Editora Vozes.

Boal, A. (1996). *Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Caldart, R., & Frigotto, G. (2021). Educação Politécnica e Agroecologia. In Dias, A. P. *et al.* (Orgs.). *Dicionário de Agroecologia e Educação* (pp. 368 -375). São Paulo: Escola Politécnica de Educação e Saúde Joaquim Venâncio e Editora Expressão Popular.

Chã, A. (2019). *Agronegócio e Indústria Cultural*. São Paulo: Editora Expressão Popular.

Estevam, D., Costa, I. C., & Villas-Bôas, R. (2015). *Agitprop: cultura política*. São Paulo: Expressão Popular.

Grosfoguel, R. (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais*, 80, 115-147.

Lacey, H. (2008). *Valores e atividade científica*. São Paulo: Editora 34.

Leff, E. (2002). Agroecologia e saber ambiental. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável*, 3(1), 36-51.

Leff, E. (2008). *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Editora Vozes.

Lima, R. B., da Silva, M. R., dos Santos, T. A., & Freitas, B. M. C. (2020). Alternância pedagógica na Educação do Campo: práxis educativas de fortalecimento da agroecologia e territorialização camponesa. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2), s./p.

Machado, A. (1999). *Antologia Poética*. Seleção, tradução, prólogo e notas de José Bento. Lisboa: Editorial Cotovia.

Mignolo, W. D. (2003). *Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Percassi, J., Bonassa, J., & Guilherme, S. Cultura e Agroecologia. (2021). In Dias, A. P. *et al.* (Org.). *Dicionário de Agroecologia e Educação* (pp. 287-294). São Paulo: Escola Politécnica de Educação e Saúde Joaquim Venâncio e Editora Expressão Popular.

Porto-Gonçalves, C. W. (2004). Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar*, 1(1), 1.

Porto-Gonçalves, C. W. (2008). De Saberes e de Territórios: Diversidade e Emancipação a Partir da Experiência Latino-Americana. In Ceceña, A. E. *De los saberes de la emancipación y de la dominación* (pp. 15-35). Buenos Aires: CLACSO.

Porto-Gonçalves, C. W. (2019). Dos Cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. *Rio de Janeiro/Goiânia: FASE/CPT*.

Porto-Gonçalves, C. W., Cuin, D., Panez, A., da Silva, M. N., Sotto-Maior, M. B., & Leal, L. (2016). Os cerrados e os fronts do agronegócio no Brasil. *Conflitos no Campo-Brasil*, (75-86). Goiânia: CPT.

Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. *Perú indígena*, 13(29), 11-20.

Santos, B. S. (2018). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In Santos, B. S., & Menezes, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul. Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 1-33. <https://doi.org/10.4000/rccs.753>

Shiva, V. (2003). *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia.

Silva, V. R. (2021). *A complexidade da agroecologia no caminhar para agroecossistemas e sociedades sustentáveis: uma mirada desde o Semiárido de Pernambuco* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

Souza, S. M. R., & Freitas, B. M. C. (2021). A questão agrária, o campesinato e a construção da agroecologia no território piauiense. In Pereira, K. A., Silva, V. R., & Dias, M. A. M. (Orgs.). *Faz escuro, mas cantamos: agroecologia e política no sul do Piauí* (pp. 43 – 61). Curitiba: Editora CRV.

Toledo, V. M., & Barrera-Bassols, N. (2015). *A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais*: Editora Expressão Popular.

Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e pesquisa*, 31, 443-466.

Vicente, J. S., de Barros Junior, O. A., & Dulci, L. B. (2021). Estratégias de financeirização no agro: três casos de investimentos na agricultura e nos mercados de terras no Brasil [1]. *Estudios Rurales. Publicación del Centro de Estudios de la Argentina Rural*, 11(22).

Villas-Bôas, R. L. (2013). MST conta Boal: do diálogo das Ligas Camponesas com o Teatro de Arena à parceria do Centro do Teatro do Oprimido com o MST. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (57), 277-298.

Villas-Bôas, R. L., & Estevam, D (2020). Trabalho teatral latino-americano: pedagogias dissonantes em dois tempos históricos. *Urdimento-Revista de Estudos em Artes Cênicas*, 2(38), 1-24.

i A expressão colonial-capitalista será utilizada, no texto, como forma resumida para indicar um sistema colonial-moderno-capitalista-patriarcal. O termo completo diz respeito ao Sistema Mundial de Poder Global (Quijano, 1992), o qual, desde o século XVI, tem a modernidade e a colonialidade como dois lados da mesma moeda. Isto é, o início da Modernidade, para alguns, implicou a Colonialidade, para outros. Não existe Modernidade sem Colonialidade. A colonialidade-modernidade articula o sistema geoeconômico do planeta, ligando o capitalismo ao trabalho, à raça e ao conhecimento (Mignolo, 2003). Além de colonial-moderno-capitalista, o sistema é, também, patriarcal (Grosfoguel, 2008).

ii A peça de acusação que a Campanha em Defesa do Cerrado peticionou ao TPP, em defesa dos povos do Cerrado, pode ser encontrada em <https://tribunaldocerrado.org.br/sessao-cerrado/>.

iii O princípio da estética ainda se encontra em elaboração no âmbito do NAGU. Uma das bibliografias em estudo é a obra *Crítica da Estética da Mercadoria*, de Wolfgang Iser.

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 01/07/2022
Aprovado em: 26/08/2023
Publicado em: 21/10/2023

Received on July 01st, 2022
Accepted on August 26th, 2023
Published on October, 21th, 2023

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Pereira, K. E., Dias, M. A. M., Lima, R. B., Silva, V. R. (2023). O Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia (NAGU): uma práxis cultural em defesa da vida. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 8, e14602. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14602>

ABNT

PEREIRA, K. E.; DIAS, M. A. M.; LIMA, R. B.; SILVA, V. R. O Núcleo de Agroecologia e Artes do Vale do Gurguéia (NAGU): uma práxis cultural em defesa da vida. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 8, e14602, 2023. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e14602>